

Educação racionalista e sindicalismo de intenção revolucionária na prática política do anarquismo paulista (1900-1919)

IVAN THOMAZ LEITE DE OLIVEIRA*

Resumo: Em uma edição de *A Plebe* publicada em 1922, diversos anarquistas paulistas convocavam a militância para a constituição de uma organização anarquista que desse resposta a conjuntura política do país e às necessidades operativas do anarquismo face ao movimento operário. Dentre os militantes que assinaram o manifesto, estava João Penteado, diretor da Escola Moderna nº1 entre os anos de 1912 e 1919. No entanto, a relação entre educação e política; entre anarquismo, sindicalismo de intenção revolucionária e educação racionalista contava com elos bastante sólidos que podem ser observados ao longo das duas primeiras décadas do século XX. Esse artigo se propõe a analisar essa relação por meio da trajetória dos militantes educadores que dirigiram as escolas racionalistas na capital paulista, observando sua prática política e percebendo a importância da mobilidade voluntária (em prol da propaganda anarquista e/ou operária em distintas localidades, buscando enraizar o projeto de transformação social libertária) e compulsória de militantes (devido a perseguições e deportações) na construção de relações de solidariedade e internacionalismo operário, elementos bastante importantes para o anarquismo, ressaltando o caráter transnacional da construção de estratégias e táticas para o movimento operário impulsionadas pelos anarquistas.

Palavras chave: Escola Moderna; Movimento Operário; Anarquismo; Sindicalismo.

Rationalist education and syndicalism in the political practice of São Paulo's anarchism (1900-1919)

Abstract: In an edition of *A Plebe* published in 1922, several anarchists from São Paulo called for militancy for the constitution of an anarchist organization that would respond to the country's political conjuncture and the operational needs of anarchism in the face of the labor movement. Among the militants who signed the manifesto was João Penteado, director of Modern School No. 1 between 1912 and 1919. However, the relationship between education and politics; between anarchism, syndicalism and rationalist education had very solid links that can be observed throughout the first two decades of the twentieth century. This article aims to analyze this relationship through the trajectory of the militant educators who directed the rationalist schools in São Paulo, observing their political practice and realizing the importance of militant's voluntary mobility (in favor of anarchist and / or workers propaganda in different localities, seeking to root the project of libertarian social transformation) or compulsory mobility (due to persecution and deportation) in the construction of solidarity relations and workers' internationalism, very important elements for anarchism, emphasizing the transnational character of the construction of strategies and tactics for the labor movement driven by anarchists.

Key words: Modern School; Labour Movement; Anarchism, Syndicalism.



* IVAN THOMAZ LEITE DE OLIVEIRA é doutorando do Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais na Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP, campus Marília.



Ilustração de Clifford Harper

Introdução

Quando falamos em educação racionalista é preciso necessariamente considerar a trajetória, a concepção de educação e a visão de mundo idealizada e praticada por Francisco Ferrer y Guardia. Educador e militante anarquista catalão, Ferrer passou os últimos anos do século XIX fora da Espanha, exilado devido a perseguição política do Estado espanhol após seu apoio a setores republicanos radicais. Esse período foi crucial para que Ferrer estabelecesse contatos com experientes militantes socialistas libertários e revolucionários em geral, o que contribuiu para sua

radicalização ideológica, bem como para o amadurecimento de sua concepção de educação em grande medida por conta dos projetos educacionais vinculados a essa militância com a qual teve contato. Ao retornar à Espanha passa a elaborar o programa escolar e organizar os elementos fundamentais para concretizar o seu projeto.

De acordo com Safón (2013, p.10), Ferrer foi um homem de ação “fundador de realidades e realizador de ideias”, não um pedagogo em teoria, mas “um combatente em educação social”. Buscou com a sua militância por meio da Escola Moderna “Ativar o senso humano

ao ponto que ninguém possa mais aceitar a opressão e a iniquidade como norma de vida e possa, ao contrário, rejeitá-las pela revolta”. O autor sustenta ainda que Ferrer mantinha relações estreitas com os anarquistas, sem, no entanto, adotar as táticas que utilizavam a violência, evidenciando um afastamento da prática anarquista da propaganda pelo fato e a opção por um anarquismo de massas.

Havia uma preocupação por parte de Ferrer que a imagem pública da Escola Moderna não fosse associada pelas autoridades com o anarquismo, em especial com a sua vertente insurrecionalista. As escolas tinham uma proposta ampla de movimento de massas, acolhendo indistintamente crianças e adultos de distintas ideologias, respaldadas por uma prática pedagógica fundada nos princípios anarquistas de autogestão, solidariedade e igualdade.

Escolas laicas, escolas anticlericais, escolas anarquistas existiam, evidentemente, mantidas pela Sociedade dos livres-pensadores, pelos centros operários, pelos ateneus, mas segundo as observações de Ferrer, ele considerou que umas (as laicas e as anticlericais) professavam uma pedagogia moderada, e que as outras (aquelas dos centros operários e dos ateneus) eram demasiado marcadas política e socialmente. Denominavam-nas, por sinal, “o berço do anarquismo”, e elas causavam medo, não apenas às classes superiores e intelectuais reinantes, mas particularmente à opinião pública de classe média e até mesmo popular. Elas causavam mais medo ainda porque a revolução parecia eminente. A isso, Ferrer preferia evitar assustar os homens de boa vontade, embora conservando um objetivo revolucionário apoiando-se em novas pedagogias ligadas à evolução do progresso humano em geral, e manter o rumo

para a libertação do homem. (SAFÓN, 2013, p. 24)

A prática militante de Ferrer, no entanto, aproximava-o fortemente do anarquismo e de suas estratégias de massas. Uma forte evidência disso é seu profundo envolvimento com a criação do periódico *La Huelga General*, órgão de propaganda da Federação Regional de Sociedades Operárias de Barcelona. Escreveu diversos artigos sob o pseudônimo “Cero” defendendo a revolução social e a tática da greve geral. Sob esse pseudônimo Ferrer não se furtava a reivindicar para si a posição de anarquista (SILVA, 2013, p. 128).

Os elementos centrais da proposta racionalista se encontravam na formação racional de crianças e adultos, que encontrava esteio no conhecimento científico, na experiência empírica, no combate ao dogmatismo religioso e a superstição inculcada no povo. Além disso, desmistificava as diferenças entre os gêneros praticando a coeducação, fomentando uma relação saudável, respeitosa e igualitária entre meninos e meninas. Prezava pela higiene dos espaços e dos alunos, ensinando a importância de procedimentos simples como lavar as mãos, oferecendo assistência médica preventiva para as crianças e os pais.

Não utilizava nem prêmios, nem castigos adotando uma postura crítica a tal prática como forma de adestramento irracional e embrutecedor dos sentidos dos indivíduos, sustentando uma pedagogia ativa e racional. Metodologicamente contrapunha-se a educação tradicional, centrada na repetição e na obediência cega às lições e aos mestres. Em lugar disso, propunha a livre reflexão na construção do conhecimento. “O ensino racional e científico deve persuadir os futuros homens e mulheres de que não devem esperar nada de nenhum ser

privilegiado (fictício ou real); e que podem esperar tudo o que for racional de si mesmos e da solidariedade livremente organizada e aceita” (FERRER Y GUARDIA, 2014, p. 46).

Utilizava ferramentas pedagógicas como o Boletim da Escola Moderna, periódico criado com o intuito de divulgar as atividades escolares, as ideias racionalistas, as produções textuais de seus alunos, e as opiniões da comunidade da Escola Moderna acerca dos mais variados temas de conhecimentos gerais. Conferências dominicais visavam assegurar um contato direto com a comunidade no entorno da escola, abordando temas que tratavam sobre higiene e fisiologia, geografia e ciências naturais, história natural entre outros temas ministrados por conferencistas prestigiados a Escola Moderna buscava estimular a participação, o envolvimento com sua própria realidade e a instrução popular da comunidade de forma geral.

Para realizar tal proposta a Escola Moderna contava com uma estrutura composta por materiais didáticos elaborados especialmente para o ensino racionalista, coleções de mineralogia, botânica e zoologia, lâminas de fisiologia vegetal e animal, máquina de projeção, substâncias alimentares, industriais e minerais, laboratórios, biblioteca, museu e uma gráfica para a produção dos materiais didáticos e para a edição de livros de cultura universal e de temática social.

Tal iniciativa com uma proposta tão ambiciosa despertou desde a primeira hora a cólera da Igreja católica e do Estado monárquico espanhol. Ferrer foi preso em duas ocasiões. A primeira, em 1906, acabou inocentado do envolvimento com o atentado a bomba feito por Mateu Morral, então bibliotecário da Escola Moderna, contra o rei Afonso XIII e a rainha Vitória

Eugênia. Na segunda vez, acusado de arquitetar os levantes populares que desaguaram na Semana Trágica de Barcelona foi condenado sem provas e executado em 1909. A arbitrariedade do processo provocou revolta internacional e um movimento póstumo de divulgação da educação racionalista e propagação das Escolas Modernas ao redor do mundo.

As Escolas Modernas de São Paulo

Com a morte de Ferrer formaram-se, ao redor do mundo, comissões para a criação de escolas e para a divulgação do ensino racionalista. No Brasil, uma iniciativa nesse sentido é formada em São Paulo, contando com apoio de outras cidades e estados brasileiros. O Comitê Pró Escola Moderna é formado em 1909 com o objetivo de instalar “uma casa editora de livros escolares e obras destinadas ao ensino e a educação racionalista”, selecionar “um prédio para implantar na cidade de São Paulo o núcleo modelo da Escola Moderna”, “procurar professores idôneos para dirigir a escola”, além de “Auxiliar aquelas que no interior do Estado poderão surgir, baseadas sobre as normas do ensino racionalista [...]” (RODRIGUES, 1992, p. 49).

Entre 1909 e 1912 - quando efetivamente ocorreu a fundação da primeira escola – o Comitê realizou inúmeras atividades para angariar fundos e mapear professores e responsáveis pela direção da escola. Jomini (1989, p. 104-105) chama atenção para a dificuldade de encontrar responsáveis pela escola como principal causa para a extensão da campanha, ao passo que Peres (2010, p.110) ressalta que mesmo com a efetividade da campanha financeira os valores arrecadados ainda estavam aquém do necessário para assegurar a implementação da escola. Os balancetes apresentados nas páginas do jornal A

Lanternas apontam que a comissão havia arrecadado cerca de 15% do valor estipulado como meta em 1910, sendo que este montante permaneceu inalterado um ano depois. A conjuntura difícil e a situação econômica do grupo se alinhavam as condições gerais do movimento operário paulista que nesse período vivia um momento de refluxo e retomada organizativa também tinham influência sobre o tempo de trabalho do comitê.

De fato, a criação do Comitê Pró-Escola Moderna dá-se em período de declínio do movimento operário, atingido pela onda de repressão iniciada pelo governo paulista após a greve geral de 1907, momento em que é desarticulada a Confederação Operária Brasileira (COB) e extinto seu órgão oficial, o jornal *A Voz do Trabalhador*, cujo último número circulou em dezembro de 1909 (sendo o jornal reativado em 1913). A inauguração da Escola Moderna nº 1 ocorre em 1912, justamente quando o movimento operário e sindical começa a reorganizar-se. (MORAES, CALSAVARA E MARTINS, 2012, p. 1003)

Em 1912 é fundada a Escola Moderna nº1 sob a direção de João Penteado. Após quase três anos de campanha o projeto de consolidação da Escola Moderna na capital paulista se tornava realidade. Situada no bairro operário do Belenzinho, na zona leste da cidade, começou seus trabalhos na rua Conselheiro Cotegipe, sendo posteriormente realocada para a Rua Saldanha Marinho e depois para a Avenida Celso Garcia. Inicialmente foi chamada de Escola Livre até passar a se chamar Escola Moderna nº 1 em 1913, ano de fundação da Escola Moderna nº 2.

Ambas as escolas eram mantidas pela Sociedade Escola Moderna, responsável

por gerir os recursos provenientes das contribuições de seus estudantes e por promover ações para captação de recursos como subscrições voluntárias, valendo-se dos meios de divulgação na imprensa anticlerical, operária e anarquista. Os materiais escolares e livros eram gratuitos, o método racionalista orientava a educação de meninos e meninas de forma indistinta nas seguintes matérias: “leitura, caligrafia, português, aritmética, geografia, história do Brasil, noções de história e princípios de ciências naturais” (PERES, 2010, p. 106). Posteriormente, a Escola Moderna nº1 passou a ofertar cursos diurnos para crianças e noturnos para adultos.

A Escola Moderna nº 2 foi instalada na Rua Muller, no bairro do Brás, sendo posteriormente transferida à rua Oriente. Estava relativamente perto de sua predecessora e contava com mobiliário e estrutura semelhante. A Escola Moderna nº 2 ficou sob a responsabilidade de Adelino de Pinho. Com aulas diurnas ofertadas no período compreendido entre 12 e 16 horas, apresentava em sua grade curricular as matérias: leitura, caligrafia, gramática, aritmética, geometria, geografia, botânica, zoologia, mineralogia, física, química, fisiologia, história e desenho. Em seu projeto pedagógico constava a preocupação com a formação artística, intelectual e moral, estando prevista a aquisição de uma biblioteca e de um museu. Para envolver as famílias e a comunidade no entorno da escola, eram planejadas festividades, reuniões e conferências.

Nesse período, diversas entidades operárias contribuíam para a manutenção das escolas, entre elas podemos citar as seguintes: “Sindicato dos Laminadores (30\$000), União dos Chapeleiros de São Paulo (50\$000), Liga dos Padeiros e Confeiteiros (5\$000),

Sindicato Proletário de Sabaúna (10\$000), Sindicato dos Canteiros de Lageado (20\$000), União dos Artífices em Calçados (22\$000)” (MORAES; CALSAVARA; MARTINS, 2012, p. 7). Vale destacar que o recorte de classe fica nitidamente expresso tanto na localização quanto do ponto de vista do financiamento. Havia uma forte preocupação para que a educação de crianças e adultos não se restringisse a mera formação profissional, mas contemplasse a reflexão crítica, a prática científica da curiosidade e da investigação, rompendo com a lógica de dominação que orienta a política educacional sob a égide do capitalismo, combatendo a cisão entre quem pensa e quem executa, entre trabalho intelectual e trabalho manual. Essa prática é própria da educação racionalista de Ferrer e da experiência idealizada e praticada por socialistas libertários na segunda metade do século XIX.

A prática pedagógica e a estrutura predial e de materiais estava em sintonia com a proposta que orientava o projeto. O mobiliário, livros, biblioteca, acervo de animais empalhados e uma série de outros elementos evidenciam a riqueza do ambiente escolar oferecido pelas escolas modernas de São Paulo.¹ Recursos pedagógicos como passeios ao ar livre estimulavam a reflexão e a capacidade de elaboração das crianças, fortemente estimulada também pelo periódico escolar *O Início*, mais tarde substituído pelo *Boletim da Escola Moderna*, que traziam as contribuições das crianças em suas páginas. A coeducação dos gêneros era um princípio caro a essa proposta que questionava o sexismo aberto e naturalizado na pedagogia tradicional, direcionando

meninos e meninas para estudos diferentes que reforçavam papéis de gênero estabelecidos de antemão, consagrando a desigualdade e o machismo estrutural que condenava as mulheres a uma posição submissa aos homens no mundo do trabalho e na sociedade de forma geral. A crítica aos exames e a abolição da utilização de prêmios e castigos também são aspectos de extrema importância para a educação racionalista.

Outra iniciativa levada a cabo nesse contexto, mas com bem menos notoriedade e documentação foi a Escola Nova. Instalada no bairro da Mooca, tendo Florentino de Carvalho como diretor, estima-se que tenha sido fundada entre 1914 e 1915. Ao contrário do que o nome sugere, não se tratava de uma experiência vinculada ao movimento pedagógico conhecido como Escolanovismo, tratava-se de uma escola racionalista. Segundo informações coletadas em periódicos operários, no ano de 1915 a Escola Nova começou a ofertar cursos complementares e científicos, “com as aulas de higiene a cargo do Dr. Alegrette; uma conferência do professor Saturnino Barbosa sobre a formação geológica da Terra [...] e a previsão de cursos de história universal e economia social sob responsabilidade do Dr. Roberto Feijó” (PERES, 2010, p. 115). A Escola Nova também sedia seu espaço para a realização de encontros de grupos como o Centro Feminino Jovens Idealistas e a Sociedade Universidade Popular Racionalista.

O Centro Feminino Jovens Idealistas foi muito importante para a presença libertária nos movimentos de massas colocando a luta pela emancipação da mulher na ordem do dia e engajando-se

¹ Parte desse acervo encontra-se preservado e disponível para acesso ao público no Arquivo João Penteadado localizado no Centro de Memória

e Documentação da Faculdade de Educação da USP.

em campanhas antimilitaristas contrárias a I Guerra Mundial, na luta reivindicativa pela jornada de trabalho de 8 horas diárias, em campanhas em prol de presos e deportados, dentre outras ações. Essa abertura para grupos libertários evidencia uma grande aproximação com iniciativas impulsionadas pela militância anarquista, que não aparece de forma tão evidente nas outras escolas modernas, embora o calendário escolar e datas marcadas com comemorações demonstrassem o engajamento com as lutas sociais, celebrando acontecimentos como a Comuna de Paris e preservando a memória de mártires como Ferrer.

Tal qual a Escola Moderna de Barcelona, as experiências escolares de São Paulo chamaram a atenção da repressão do capital e do Estado levando. A Escola Nova foi fechada em 1917 no contexto de repressão à greve geral de 1917 em São Paulo, sendo que Florentino de Carvalho foi preso e deportado nessa ocasião. Dois anos mais tarde seria a vez da Escola Moderna nº 1, Escola Moderna nº 2 e da Escola Moderna de São Caetano serem fechadas pela Instrução Pública de São Paulo sob o pretexto de envolvimento com “anarquistas” devido a um acidente provocado pelo manuseio de substâncias explosivas que ocasionou a morte de quatro pessoas, dentre elas José Alves, então diretor da escola de São Caetano.

A breve e esquemática exposição que esboçamos serve de ponto de partida para percebermos como as escolas modernas estavam fortemente vinculadas aos fluxos e refluxos do movimento operário e de forma mais específica aos revezes que atravessavam a prática política da militância anarquista em São Paulo. Diante da repressão aos movimentos contestatórios em especial à greve de 1917, a perseguição à

imigrantes engajados no movimento operário, sobretudo os anarquistas, por meio da Lei Adolfo Gordo, que normatizava a deportação de estrangeiros no país, reeditada inúmeras vezes desde sua promulgação em 1907, forçando o deslocamento compulsório de militantes para o exílio ou no pior dos casos ocasionando a sua prisão e deportação. Todos esses elementos se vinculavam a um contexto social e político que influenciou diretamente a dificuldade do Comitê Pró Escola Moderna concretizar seu propósito de fundação da primeira Escola Moderna, teve impacto direto sobre o fechamento da Escola Nova, bem como sobre a prisão e deportação de seu diretor; indiretamente teve relação com o fechamento das escolas em 1919 em uma conjuntura de forte repressão ao movimento operário, à imprensa anarquista e às iniciativas educacionais e culturais impulsionadas por esses setores. Ao mesmo tempo, as escolas cumpriam um papel político para a reorganização do movimento operário e dos anarquistas diante de momentos tão desfavoráveis.

Sindicalismo de intenção revolucionária em São Paulo: um debate estratégico

Nas duas primeiras décadas do século XX, o movimento operário dos países sul-americanos experienciou debates estratégicos importantes em nível continental, influenciando os debates em países como Brasil e Argentina em um fluxo de influência mútua. Na Argentina despontava uma concepção que adaptava o sindicalismo revolucionário às necessidades de sua realidade concreta, segundo seus proponentes. Pouco depois o mesmo debate chegaria ao Brasil. Em um sentido amplo, ambas as estratégias em discussão podem ser identificadas dentro do sindicalismo de intenção

revolucionária que compõem a ampla tradição anarquista (SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009; CORRÊA, 2010, 2012).

Ao observarmos o movimento operário brasileiro é possível notar um período de ascenso entre 1905 e 1908, é nesse período que a FOSP (Federação Operária de São Paulo) é fundada, bem como a COB (Confederação Operária Brasileira) como fruto do processo organizativo começado nas mobilizações operárias de 1903, contando com a articulação com a FOA (*Federación Obrera Argentina*) – que envia uma delegação ao Brasil em 1904 – culminando na organização do 1º Congresso Operário em 1906. Inúmeras greves e mobilizações foram realizadas em São Paulo, Rio de Janeiro e Santos nesse contexto. No período subsequente entre 1908 e 1912 há um forte refluxo nas mobilizações, o que ocasiona o encerramento de atividades de entidades operárias. A repressão e deportações ao movimento operário em resposta ao período anterior desarticula a classe trabalhadora na capital paulista. A cidade de Santos é uma das poucas cidades que se mantém minimamente organizada e permanece em mobilização por pautas como a jornada de trabalho de 8 horas.

Nesse contexto, observa-se uma expansão econômica que se projeta até 1913, seguida por um aumento de preços de itens básicos para a classe trabalhadora e uma forte pressão inflacionária colocando a carestia de vida como uma das pautas centrais dos movimentos reivindicativos que voltam a surgir em 1912 e que impulsionam a iniciativa da militância operária na organização do 2º Congresso Operário realizado em 1913. O período que se segue é de depreciação acentuada das condições de vida da classe trabalhadora, situação que é o mote da reorganização

do movimento operário que desaguará na grande mobilização de 1917 em diversos estados do Brasil, tendo a greve geral de São Paulo como uma de suas maiores expressões em termos de radicalidade e organização.

Desde a sua fundação, tanto a FOSP quanto a COB se alinham ao sindicalismo revolucionário, pela orientação combativa, ação direta, solidariedade de classes, pautando-se por táticas como boicotes, sabotagens, greves parciais e a greve geral como forma de enfrentamento. Também orientavam essas entidades o princípio da desvinculação do sindicato de qualquer elemento programático de orientação ideológica (chamada de neutralidade sindical), isto é, o sindicato é uma ferramenta de organização da classe, aberto a diferentes ideologias e concepções em seu meio, respeitando os princípios de luta classista acima elencados.

Durante o Segundo Congresso Operário Estadual de São Paulo, em 1908, a real presença do princípio neutralidade sindical foi questionado por Monaco, militante socialista. O questionamento foi respondido por Edgar Leuenroth, militante anarquista que chamou atenção ao fato de os anarquistas terem sido “os mais ativos no movimento operário e é muito natural que eles procurem desenvolver ali a propaganda das suas convicções. Por que os críticos não fazem o mesmo não vêm ao movimento para também ter a facilidade de divulgar as suas publicações?”. Julio Sorelli, também militante socialista, se manifestou frente ao questionamento da neutralidade sindical da FOSP: “O Mônaco não deve-se limitar a fazer afirmações, mas deve trazer fatos. Convido o companheiro a citar um só caso em que a Federação tenha abandonado a sua neutralidade (...)”

(HALL; PINHEIRO, 1979, p. 83). A liga de trabalhadores da indústria têxtil de São Paulo, filiada a FOSP, traz em seu estatuto informações interessantes nesse sentido. Segundo esse documento, o ingresso na liga é garantido a “todos os que trabalham nas ditas fábricas, tanto em tecelagem como em fiação, tinturaria, máquinas, etc., de qualquer idade, sem distinção de cor e nacionalidade”. No que diz respeito aos objetivos finalistas da entidade é possível notar que a “[...] Liga tem por fim fazer com que – mediante a união – os trabalhadores dos dois sexos tenham a necessária força para tratar com seus patrões, diminuir as horas de trabalho e aumentar progressivamente os salários” (TOLEDO, 2002, p. 297). Tanto do ponto de vista dos filiados quanto dos objetivos finalistas é possível afirmar que a entidade se pauta pelo sindicalismo revolucionário.

No que diz respeito à COB, é possível constatar o sindicalismo revolucionário como estratégia da confederação a partir do 1º Congresso Operário, no qual a luta econômica e o modelo organizativo da CGT francesa derrotam a proposta socialista de criação de um partido operário. As resoluções aprovadas recomendavam a ação direta como orientação para os sindicatos em detrimento de ações de cooperativismo mutualismo ou beneficência, lançando mão de táticas como greves parciais ou gerais, boicotes, entre outras. A confederação defende uma posição antimilitarista, a jornada de trabalho de 8 horas, a responsabilização do patronato frente a acidentes de trabalho, o respeito aos dias de pagamento, a luta contra o alcoolismo e a defesa da necessidade da organização das operárias em suas categorias. Nota-se que em nenhum momento o congresso faz menção a objetivos finalistas de tipo anarquista, o que configura uma diferença patente

entre o sindicalismo revolucionário e o finalismo anarquista (ou anarcossindicalismo).

Nessa perspectiva, o anarcossindicalismo consiste na adesão programática dos sindicatos a objetivos finalistas declaradamente anarquistas. Concretamente, os estatutos e acordos dos sindicatos passam a indicar o comunismo anarquista como objetivo último do sindicato. Em suma, o anarcossindicalismo se caracteriza por sua identificação explícita e consciente ao anarquismo em suas origens, orientações e objetivos (CORRÊA, 2010; SCHMIDT; VAN DER WALT, 2009). Cumpre um destaque acerca do anacronismo no uso indiscriminado do termo anarcossindicalismo. O finalismo anarquista, enquanto adesão programática do sindicato ao anarquismo era praticado pela *Federación Obrera Regional Argentina* (FORA) desde 1905, sendo estopim de disputas encarniçadas e violentas, provocando “rachas” internos e muitas discussões. No entanto, o termo anarcossindicalismo só surge em 1919, quando a *Confederación Nacional do Trabajo* (CNT) da Espanha também adere ao finalismo (RUGAI, 2012). Essas foram as maiores expressões do anarcossindicalismo nas primeiras décadas do século XX.

No Brasil, o finalismo anarquista foi incorporado aos estatutos e linha política da Federação Operária Local de Santos. O contato direto com a militância da FORA, principalmente por meio do contato com trabalhadores portuários, mas também pela circulação de militantes como Florentino de Carvalho trouxe a discussão da necessidade da adesão programática dos sindicatos ao anarquismo como forma de dar orientação combativa, capacidade organizativa, coesão e articulação ao

movimento operário diante da conjuntura cada vez mais difícil e repressiva. Essa linha foi levada ao 2º Congresso Operário Brasileiro em 1913. A discussão da moção que sugeria a adesão da COB ao finalismo anarquista e a votação desta, evidenciaram como essa posição não tinha granjeado a simpatia da maioria do movimento operário. De acordo com o relatório apresentado pela delegação da FOLS, somente 16 de 112 delegados votaram a favor da moção de fazer com que a COB aderisse ao comunismo anárquico como objetivo finalista. De qualquer maneira, o motivo para que tal discussão fosse pautada pode ser a percepção crescente nos meios operários e anarquistas da necessidade de fortalecer e aprimorar os mecanismos organizativos da classe e mais do que isso refletir sobre a atuação da militância anarquista nessas entidades.

Considerações finais: educação e política na transformação social anarquista

Ao longo da nossa breve exposição buscamos levantar alguns elementos relativos a criação das escolas modernas em São Paulo e ao contexto político e histórico do movimento operário que servia como pano de fundo para essas experiências educativas.² O que pretendemos com o apontamento de tais elementos é apresentar aspectos que consideramos relevantes para uma reflexão em torno da vinculação entre educação e política no projeto de transformação social anarquista, de forma particular, em São Paulo nas primeiras décadas do século XX, mas dentro da ampla tradição anarquista de forma geral. Um último aspecto que gostaríamos de destacar é a íntima

relação das escolas modernas, seu núcleo de coordenadores e o movimento operário por meio da prática política anarquista.

Florentino de Carvalho, pseudônimo de Primitivo Raimundo Soares, foi um dos mais engajados na prática política no movimento operário e nas escolas racionalistas. Nascido na Espanha, veio ao Brasil muito jovem ainda no final do século XIX. Foi secretário geral da FORA na cidade de Rosário em 1907, quando esteve exilado na Argentina, engajando-se na FOLS quando retornou ao Brasil no começo na década seguinte. Foi um dos principais defensores do finalismo anarquista naquele período, participando diretamente dos debates estratégicos do movimento sindical brasileiro. Atuou como diretor da Escola Nova até seu fechamento em 1917, tendo sido preso e deportado no contexto de repressão à greve geral daquele ano. Toda a sua família era reconhecida no movimento operário por dar suporte a militância operária, sendo que Maria Angelina Soares, sua irmã merece uma menção especial pelo seu engajamento não só na Escola Nova como também na organização das mulheres no Centro Feminino Jovens Idealistas.

Adelino de Pinho, diretor da Escola Moderna nº 2 era um defensor do movimento operário e do sindicalismo entendendo a necessidade da transformação social como um imperativo humano contra a degradação social imposta pelo capitalismo. O português “atarracado” chegara ao Brasil em 1906, retornando à Portugal em 1911 por circunstâncias desconhecidas. Por ocasião deste deslocamento Adelino travou contato com Neno Vasco outro importante anarquista português que

²Cf. OLIVEIRA, Ivan T L. Definindo Atitudes, sindicalismo de intenção revolucionária e as Escolas Modernas de São Paulo (1900-1919).

sindicalismo de intenção revolucionária e as Escolas Modernas de São Paulo (1900-1919)

atuou no Brasil e foi um dos principais defensores do sindicalismo revolucionário e da necessidade de organização anarquista em uma organização específica. Adelino de Pinho contribuiu com jornais operários e anarquistas como *A Plebe*, *A Voz do Trabalhador*, *A Rebelião*, *Germinal*, *A Plebe e Ação Direta*, discutindo temas de educação, anticlericalismo, carestia de vida e antimilitarismo e defendendo a greve geral como ferramenta para a revolução social. Defendia a necessidade de intensificação da propaganda anarquista e o engajamento de indivíduos e grupos nessa tarefa em diferentes graus de comprometimento de acordo com suas capacidades. Defendia a atuação anarquista nos sindicatos, embora reconhecesse os limites das entidades operárias, via um espaço proveitoso para a propaganda anarquista atuando no sentido de imprimir uma orientação combativa aos sindicatos.

João Penteado nasceu em Jaú, interior de São Paulo, em 1877. Atuou como educador em sua cidade natal onde também estava envolvido com o centro operário e com a redação do jornal *O Operário*. Mudou-se para São Paulo e contribuiu com jornais operários como *A Voz do Trabalhador*, onde publicou dois artigos em 1909. Em um deles, denunciava a demissão arbitrária de um operário da Mogiana. No outro conclamava os ferroviários a consolidar a organização sindical da categoria. Outros articulistas reforçaram o apelo em outras edições do periódico o que pode indicar uma linha estratégica da COB para organizar esse setor. Sua defesa do sindicalismo revolucionário, da necessidade da organização operária se estende de forma evidente na posição que defende a organização dos anarquistas em suas próprias organizações, conforme o manifesto publicado nas páginas de *A Plebe* em

1922 cujo título e inspiração para o nome deste artigo. No referido manifesto, a militância anarquista conclama os libertários a organizar-se em coletivos de afinidades a partir da ideologia anarquista. Essa necessidade organizativa está no cerne dos debates políticos e ideológicos do período após o balanço da greve geral de 1917 e a insurreição anarquista de 1918 no Rio de Janeiro.

Esses aspectos levantados nos levam a concluir que educação e política são eixos que se cruzaram na concepção anarquista de atuação de massas e de transformação social na cidade de São Paulo, articulando a militância sindical com a criação de escolas, sendo que o grupo de professores que coordenaram essas iniciativas estavam diretamente implicados nos debates e ações do movimento operário e da prática política anarquista no Brasil e internacionalmente. Mais do que isso, essa articulação está em perfeita sintonia com a concepção de transformação social anarquista de maneira geral, levando em conta a necessidade da luta revolucionária em todas as esferas estruturadas da realidade social que é uma característica marcante dessa corrente socialista.

Referências

AHAGON, Vitor Augusto. *A Trajetória Militante de Adelino de Pinho: passos anarquistas na educação e no sindicalismo*. 202 f. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CORRÊA, Felipe. *Anarquismo e Sindicalismo Revolucionário*. 2010. Disponível em: <http://www.anarkismo.net/article/16164?print_page=true>.

_____. *Rediscutindo o anarquismo: uma abordagem teórica*, 2012, 275 f. Dissertação (Mestrado em Ciências) Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

FERRER Y GUARDIA, Francisco. A Escola Moderna. São Paulo: Terra Livre, 2014.

HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. A classe operária no Brasil: 1889 – 1930 (documentos). Vol. 1: O movimento operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

JOMINI, Regina Célia Mazoni. Uma educação para a solidariedade: contribuição ao estudo das concepções e realizações educacionais dos anarquistas na Primeira República. 190f. Dissertação (Mestrado em Educação) UNICAMP, Campinas, 1989.

MORAES, Carmen Sylvia Vidigal; CALSAVARA, Tatiana; MARTINS, Ana Paula. O ensino libertário e a relação entre trabalho e educação: algumas reflexões. Educação e Pesquisa. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/2012nahead/aop638>>

OLIVEIRA, Ivan Thomaz Leite de. Definindo Atitudes: sindicalismo de intenção revolucionária e as Escolas Modernas de São Paulo (1900-1919). 169f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNESP, Marília, 2018.

PERES, Fernando Antonio. Revisitando a trajetória de João Penteadado: o discreto transgressor de limites, São Paulo, 1890 – 1940, 213 f. Tese (Doutorado em História da Educação e Historiografia) FEUSP, São Paulo: 2010.

RODRIGUES, Edgar. O Anarquismo na escola, no teatro, na poesia. Rio de Janeiro: Achiamé, 1992.

RUGAI, Ricardo. Um Partido Anarquista: uma história da FAU. Ascaso, São Paulo, 2012.

SAFÒN, Ramon. O racionalismo combatente de Francisco Ferrer y Guardia. São Paulo: Imaginário, 2003.

SCHMIDT, Michael; VAN DER WALT, Lucien. Black Flame: The Revolutionary Class Politics of Anarchism and Syndicalism. Oakland: Ak Press, 2009.

SILVA, Rodrigo Rosa da. Anarquismo, ciência e educação: Francisco Ferrer y Guardia e a rede de militantes e cientistas em torno do ensino racionalista (1890-1920). 2013. 279 f. Tese (Doutorado) – FEUSP, São Paulo, 2013.

TOLEDO, Edilene. O Sindicalismo Revolucionário em São Paulo e na Itália: circulação de ideias e experiências na militância sindical transnacional entre 1890 e o fascismo. 494 f. Tese (Doutorado em História). IFCH UNICAMP, Campinas, 2002.

Arquivos consultados

Arquivo João Penteadado – Centro de Memória da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.

CEDEM – Centro de Memória e Documentação da UNESP

Recebido em 2019-12-08
Publicado em 2020-03-28